

STJ00108197

ORGANIZADORAS
RITA DE CÁSSIA R. TARIFA ESPOLADOR
JULIANA CARVALHO PAVÃO

DIREITO CONTRATUAL CONTEMPORÂNEO

Londrina/PR
2019


THOTH
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br
Diagramação e Capa: Editora Thoth e Nabil Slaibi
Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Me. Arthtur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Carlos Alexandre Moraes • Prof. Dr. Celso Leopoldo Pagnan • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Profª. Dr. Deise Marcelino da Silva Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Me. Erli Henrique Garcia • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Dr. Gonçalves De Mello Bandeira (Port.) • Prof. Me. Henrico Cesar Tamiozzo • Prof. Me. Ivan Martins Tristão Profª. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Profª. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Direito contratual contemporâneo / [organizadoras] Rita de Cássia R. Tarifa Espolador, Juliana Carvalho Pavão. – Londrina, PR: Thoth, 2019.
236 p.

Inclui bibliografias.
ISBN 978-85-94116-61-1

1. Direito contemporâneo. 2. Direito contratual – Legislação. 3. Bioética. I. Espolador, Rita de Cássia R. Tarifa. II. Pavão, Juliana Carvalho.

CDD 340.112

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Rafaela Ghacham Desiderato CRB 14/1437

Índices para catálogo sistemático

1. Direito - Ética : 340.112
2. Bioética : 174.957

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.
Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

SUMÁRIO

SOBRE AS ORGANIZADORAS	5
SOBRE OS AUTORES.....	7
PREFÁCIO	11

PARTE I

DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO.....	19
----------------------------------	----

CAPÍTULO 1**Adelino Borges Ferreira Filho****Ana Cláudia Corrêa Zuin Mattos do Amaral**

ANÁLISE ECONÔMICA DO ACORDO DE LENIÊNCIA NA LEI ANTICORRUPÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	21
Introdução.....	21
1 Aspectos relevantes da lei anticorrupção da pessoa jurídica.....	22
2 O acordo de leniência e o abrandamento das sanções penais pre- vistas	28
3 Análise econômica da medida provisória 703/2015: viés político e jurídico.....	32
Conclusão.....	36

CAPÍTULO 2**Caroline M. Salvadego Guimarães de Souza Lima****Roberto Wagner Marquesi**

OS CONTRATOS EXISTENCIAIS E OS CONTRATOS DE LUCRO: APLICABILIDADE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS....	39
Introdução.....	39
1 A evolução dos princípios contratuais: uma visão solidarista.....	40
2 Prevalência das situações jurídicas existenciais sobre as patrimo- niais	43
3 Os contratos existenciais e os contratos de lucro.....	46
4 A aplicação nas decisões judiciais	52
Conclusão.....	54

CAPÍTULO 3**Cláudio César Machado Moreno****Luís Otávio Yazawa Gueretta****HARDSHIP E A ALEGAÇÃO DE FORÇA MAIOR NOS CONTRATOS COMERCIAIS INTERNACIONAIS SOB A PERSPECTIVA DA CISG E DOS PRINCÍPIOS DO UNIDROIT....** 57

Introdução.....	57
1 Perspectiva contratual e evolução	58
2 Aplicação da CISG e a ideia de força maior.....	69
3 Hardship e força maior nos princípios do UNIDROIT	73
4 A autonomia da vontade no ordenamento interno e a flexibilização das regras de conexão em prol de um direito uniforme.....	77
5 Hardship no ordenamento brasileiro e sua perspectiva em meio a um cenário de crise.....	83
Conclusão.....	86

CAPÍTULO 4**Bruna Andretta Vituri****Gabriel Righi****A CRIOGENIA COMO ATO DE ÚLTIMA VONTADE E AUTONOMIA FRENTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E O DIREITO À SUCESSÃO.....** 89

Introdução.....	89
1 Histórico e conceito da criogenia.....	90
2 Os atos de última vontade aplicados à criogenia.....	93
3 A morte no ordenamento jurídico brasileiro	96
4 O direito à sucessão dos herdeiros do criogenado.....	99
5 O embate entre a representação de última vontade e o direito à sucessão	102
Conclusão.....	103

PARTE II**NOVAS TECNOLOGIAS E O DIREITO** 105**CAPÍTULO 5****Gabriel Peretti Pavesi****A AUTONOMIA PRIVADA NOS CONTRATOS BIOJURÍDICOS: O CASO DO ATLETA PROFISSIONAL.....** 107

1 O princípio da dignidade da pessoa humana e a autonomia privada	107
2 Do negócio jurídico e o biodireito.....	113
3 Do caso em tela: plano de formação de atletas	116

Conclusão.....	121
----------------	-----

CAPÍTULO 6

Loriesse Maria Siqueira Bueno Silva

AS IMPLICAÇÕES DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA POST MORTEM A LUZ DO BIODIREITO

Introdução.....	123
1 Situação atual da família brasileira.....	124
1.1 Conceito e origem de família.....	124
1.2 Formação da família no código civil brasileiro	126
1.3 Formação das famílias e as técnicas de reprodução assistida	128
2 Princípios reguladores das relações familiares	130
2.1 Princípio do livre planejamento familiar.....	130
2.2 Princípio da afetividade	131
2.3 Princípio da autonomia privada	132
3 Reprodução assistida post mortem e suas normas reguladoras	134
3.1 Síntese de reprodução assistida post mortem	134
3.2 Normas deontológicas acerca da técnica de reprodução assistida post mortem	135
3.3 Reprodução assistida post mortem e as normas jurídicas pá- trias	136
Conclusão.....	140

CAPÍTULO 7

Luciano Godói Martins

BITCOIN E OS ENUNCIADOS DO CJF COMO DIRETRIZES INTERPRETATIVAS

Introdução.....	141
1 Do dinheiro e da moeda.....	142
2 Do bitcoin e outras criptomoedas	144
3 Da ambiência das criptomoedas – O blockchain	145
4 Da não subsunção das criptomoedas como bem típico ou título....	146
5 Do aparente acatamento da criptomoeda pelo ordenamento nacio- nal.....	148
6 Das possíveis objeções às criptomoedas no ordenamento	148
7 Dos enunciados do CJF como diretrizes interpretativas das criptomoedas	149
Conclusão.....	152

PARTE III

BIODIREITO.....	153
------------------------	------------

CAPÍTULO 8**Ana Flávia Terra Alves Mortati****Stéphany Freiberg Gonzales****TRANSFUSÃO DE SANGUE EM TESTEMUNHAS DE JEOVÁ:
DIREITO À LIBERDADE X DIREITO À VIDA155**

Introdução.....155

1 Situação paradigma: a problemática da transfusão de sangue e as testemunhas de Jeová.....156

2 Direito à vida e à liberdade religiosa: aspectos fundamentais.....157

3 Casos práticos: o posicionamento da jurisprudência nacional e estrangeira164

4 Autonomia privada e diretrizes antecipadas de vontade170

Conclusão.....175

CAPÍTULO 9**Isabel Soares da Conceição****Jadir Rafael da Silva Filho****ENGENHARIA GENÉTICA NO PLANO JURÍDICO NEGOCIAL:
PERSPECTIVAS E LIMITES SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA.....177**

Introdução.....177

1 Engenharia genética: aspectos gerais.....178

1.1 Aspectos atuais no mundo: o caso dos bebês resistentes ao HIV.....181

1.1.1 Legislação brasileira.....182

2 Desdobramentos da engenharia genética na vida humana186

2.1 Negócios biojurídicos e a engenharia genética187

3 Um olhar bioético sobre a engenharia genética.....189

Conclusão.....194

CAPÍTULO 10**Juliana Carvalho Pavão****Uiara Vendrame Pereira****DIRETIVA ANTECIPADA DE VONTADE E O DIREITO À
CONTINUIDADE DA VIDA197**

Introdução.....197

1 Diretiva antecipada de vontade e sua regulamentação no território nacional198

2 Autonomia da vontade e autonomia privada203

3 Autodeterminação e o direito de viver.....207

4 Proposta de elaboração de diretiva antecipada de vontade em favor da vida215

Conclusão.....216

CAPÍTULO 11**Sandra Regina Minami****Rita de Cássia R. Tarifa Espolador**

A AMPLIAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA TUTELA DA CONSANGUINIDADE EM ANIMAIS.....	219
Introdução.....	219
1 O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade.....	221
2 A autonomia privada e a liberdade para regulamentar novas situações jurídicas.....	223
3 Autonomia existencial e a tutela dos direitos da personalidade	225
4 Constituição Federal, biodireito, bioética e a ampliação da proteção direito dos animais.....	227
5 A consanguinidade nos animais destinados à comercialização – necessidade de regulamentação	231
6 Breve análise do problema da consanguinidade	233
Conclusão.....	234